

UMA LÍNGUA NO LUGAR DO UM:

EFEITOS REAIS DE UMA NOMEAÇÃO

Anne Francially da Costa, ARAÚJO

Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste (SEUNE)

e-mail: annearaujo@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Esta comunicação, em grande parte inserta em nosso trabalho de doutoramento, intitulado *De Sujeito(s) ao Diretório*¹: *uma contribuição discursiva ao estudo da língua e identidade nacional* (ARAÚJO, 2006), expõe nossa tentativa de dar continuidade a algumas das questões que, no Doutorado, só pudemos indicar.

Trouxemos para este III SEAD uma reflexão que parte da análise de Pêcheux (1997) em *Semântica e Discurso* sobre o nome próprio, tratando-o como uma “evidência suspeita”, para pensarmos que língua faz Um na nomeação do idioma do Brasil. A partir da análise da assunção de um significante no lugar do Um, por meio da intervenção da lei do Estado, procuramos ampliar nossas elaborações sobre o real, por meio de uma articulação, ainda claudicante, entre conceitos de Pêcheux e Lacan.

2. QUE LÍNGUA FAZ UM NA NOMEAÇÃO DO IDIOMA DO BRASIL

O conceito de Um é basilar para que entendamos a máxima lacaniana de que o “inconsciente é estruturado como uma linguagem”. A estrutura de que fala Lacan é uma cadeia de significantes que funciona por um duplo movimento: a ligação metonímica e a substituição metafórica. Para que essa cadeia como um conjunto consista, o Um ex-siste. O inconsciente funciona segundo uma lógica: “[...] a ex-sistência do *Um* e a consistência dos outros” (NASIO, 1993, p.3). O Um bordejia a cadeia, deixando um lugar vazio, o furo, que é, precisamente “a falta deixada pelo *Um* que ‘saiu’

¹ Documento, com força de lei colonial, vigorou de 1757 a 1798. Na época de sua implementação, os habitantes do Brasil Colonial conviviam com uma situação lingüística bastante diversa. Como na Babel bíblica, misturavam-se: a língua geral, várias línguas indígenas, a Língua Portuguesa e a Língua Portuguesa do Brasil, entre outras. O Diretório interveio sobre o uso da língua geral, apagando outras línguas e institucionalizando o ensino da Língua Portuguesa no Brasil.

para tomar seu lugar no limite na rede”. Esse lugar vazio, o lugar do Um, será ocupado repetidas vezes por significantes metafóricos, garantindo assim a mobilidade da cadeia, de cujo efeito produzir-se-á o sujeito do inconsciente. Por isso dizemos, com Lacan (1998), que o sujeito é Um entre significantes.

Relacionando acontecimento com essa noção de estrutura, retomamos Pêcheux (2002, p. 52) ao enunciar que “[...] os acontecimentos têm e não têm lugar, segundo as construções discursivas nas quais se encontram inscritos os enunciados que sustentam esses objetos e acontecimentos”. Esse tem e não tem lugar, a nosso ver, funcionaria segundo a lógica do significante. O acontecimento ocupa um lugar e, ao fazer isso, já não tem mais singularidade, significa na sua relação com o que passou e com o que virá. Dessa forma, o acontecimento em si não teria lugar na cadeia discursiva, mas o que ele significa do sujeito no momento em que ocupa Um lugar.

3. DE SIGNIFICANTES NO LUGAR DO UM, UM IDIOMA NACIONAL

Alguns significantes, relata a História, circularam no lugar do Um até que Brasil se fixasse. Sabemos, com Lacan (2003, p.109), que “[...] nomear é antes de tudo algo que tem a ver com uma leitura do traço 1 [...]” e que, como interpreta Dor (1995, p.84), “[...] o sujeito só pode nomear-se à medida que se identifica com este significante puro, que é o nome próprio, ou seja, algo que é da ordem do traço unário”. Lembremos que nome próprio, traço unário e identificação estão imbricados no que Lacan (2003, p.109) denomina “o nascimento do sujeito”.

Considerando isso e retomando o conceito de Nome-do-Pai como o significante da função paterna, e o processo de nomeação acima citado, articulamos que, em se tratando do nome próprio Brasil, este se funda como Um, relacionado a uma função paterna que não vem do colonizador, mas sim de algo característico da “terra brasilis”, uma madeira.

Em sendo assim, poderíamos entender que o nome Brasil é resultado do fracasso da função paterna portuguesa que não consegue interditar, como seria esperado de tal função, a relação desse filho com a mãe “terra brasilis”. Há que se pensar, como sugere Souza (1994), os “efeitos reais” de ser o significante de um produto explorado, pau-brasil, o que nos dá nome.

Um lugar é “descoberto” e depois de algumas nomeações responde ao “quem és?” com um significante: Brasil. Diversidade é a marca desse país. Na História das idéias lingüísticas, como apontamos (ARAÚJO, 2006), o Estado precisou intervir na política lingüística, visando garantir a unidade desse país, dessa nação, na língua. Relacionando o que discutimos no campo da Análise do Discurso ao que faz sentido na Psicanálise, pensamos que, no lugar do Um, um significante, pela intervenção da lei do Estado, como lugar do Outro, é nomeado como língua nacional.

Ocupando esse lugar do Um, o significante da língua nacional perde sua singularidade e passa a ser tomado na relação com o Um que está fora e com todos os significantes que podiam estar naquele lugar. Mas, quem seria esse Um, nessa relação? O que está fora? O que foi negado para deixar que Uma língua nacional ascendesse na cadeia significante e assumisse um lugar na memória histórica de Brasil?

A história das idéias lingüísticas expõe como diversos significantes se colocaram dispostos a ocupar esse lugar do Um. Recordemos alguns, como: (a) “Língua do Príncipe”, (b) “Língua Geral”, (c) “Língua Portuguesa”, (d) “Língua Brasileira” e (e) “Língua Nacional”.

Era preciso que Um se instalasse para garantir a unidade do Todo (nação e língua, como estrutura que comporta a unidade e a dispersão). De fora, o Um – em nossa construção, a diversidade e tudo o que ela poderia significar – propicia a unidade e a consistência da cadeia simbólica, permitindo-nos dizer, “estranhando”, “somos brasileiros e falamos português”. Ou seja, o Um excluído possibilita o surgimento do lugar vazio que “idioma oficial” ocupará, mas, de fora, esse Um exerce seus efeitos no real.

4. PARA CONCLUIR ESTE MOMENTO

Interpretar alguns desses efeitos do/no real é o que nos instiga atualmente, numa tentativa de articular o real, que interroga a análise de discurso, com o real que o Lacan (2007, p.125-6) da topologia inventa: “Naturalmente, o real, não basta escrevê-lo *real*. Até que muita gente fez isso antes de mim. Mas eu escrevo esse real sob a forma do nó borromeano, que não é um nó, mas uma

cadeia [...] Na forma mínima sob a qual tracei essa cadeia, é preciso pelo menos três elementos” (Itálico no original).

Para Lacan (1985, p. 190), “A linguagem, sem dúvida, é feita de alíngua. É elucubração de saber sobre alíngua. Mas o inconsciente é um saber, um saber-fazer com alíngua. E o que se sabe fazer com alíngua ultrapassa de muito o de que podemos dar conta a título de linguagem”.

Dessa afirmação e do caminho aqui traçado, muitas questões se impõem, entre elas: que relações podemos fazer entre o real lacaniano definido como impossível e o real entendido como *sinthoma*? Essa primeira noção de real lacaniano é a que possibilita uma articulação com a Análise de Discurso pelo viés da alíngua? A história e a Ideologia seriam o que junto com a linguagem faz furo no real? É possível representar isso no nó borromeu? E o real como *sinthoma*? Como se mostraria para a AD? Seria nosso *sinthoma* buscar essa articulação? Pensemos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Anne Francialy da Costa. **De Sujeito(s) ao Diretório**: uma contribuição discursiva ao estudo da língua e identidade nacional. 2006. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística). Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Maceió, 2006.

DOR, Joel. **Introdução à leitura de Lacan**. Estrutura do sujeito. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, v.2.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 23**: o *sinthoma*. Tradução de Sergio Laia, revisão de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. **A identificação. Seminário 1961 - 1962**. Tradução de Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.

_____. **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **O Seminário, livro 20**: mais, ainda. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

NASIO, Juan-David. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso** – Estrutura ou acontecimento. 3.ed. Campinas-SP: Pontes, 2002.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.

SOUZA, Octavio. **Fantasia de Brasil**. As identificações em busca da identidade nacional. São Paulo: Escuta, 1994.